

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE OUTORGA Nº 95/2025
15 DE AGOSTO DE 2025

Declaro para os devidos fins que o **Sra. Luciene Barros Costa**, C.P.F. nº 122.874 requereu junto a esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas – SEMAC, conforme Processo nº 035000.03133/2024-1, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, no rio **Sem Denominação**, afluente pela margem esquerda do rio Fundo, destinado a atender a demanda de **aquicultura (carcinicultura)**, localizado no Povoado Curimã, S/N, Zona Rural, município de Estância.

Após análise da solicitação, **a vazão máxima requerida (27,23 m³/h), seria considerada como passível de outorga de direito de uso de recursos hídricos**, contudo de acordo com o estabelecido na Resolução CONERH nº. 20/2014, datada de 26 de fevereiro de 2014, que “Altera dispositivos da Resolução nº. 01/2001, em seu Art. 1º, alínea “J”, as captações de água por empreendimentos de carcinicultura enquadrados no Licenciamento Simplificado (Resolução CEMA nº. 50/2013) ficam dispensadas de direito de uso dos recursos hídricos, **sendo assim considerada como de uso insignificante**.

O regime de derivação será de 8 h/dia, 30 dias/mês, correspondendo a um volume de 6.535 m³/mês, uso não consultivo de 1.288.221,00 m³/ano e área de espelho d’água de 71.000 m².

Ressalta-se que o usuário, de acordo com § 3º da Resolução nº. 20/2014 do CONERH, deverá zelar para que o seu dimensionamento não traga prejuízos aos demais usuários de recursos hídricos e deverá manter as condições de navegabilidade do manancial.

O ponto está localizado no Sistema de Referência SIRGAS 2000 – Fuso 24 – Sul, nas coordenadas UTM 680.866m E e 8.758.155m S, Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, Unidade de Planejamento – Fundo.

Destaca-se que a seção onde se dá a derivação de água o empreendimento, sofre atualmente influência dos efeitos da maré, o que influencia, positivamente, a disponibilidade hídrica da referida seção.

O outorgado deverá articular-se com os demais usuários de água de empreendimentos aquícolas, objetivando a realização de operação compactuada, a fim de que todos possam utilizar água de forma reacional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável.

É vedado o uso de sistema de recalque no empreendimento, tendo em vista, que nos documentos apresentados no Processo acima mencionado, o requerente encaminhou documentação relatando que não fará utilização de conjunto moto-bomba ou eletrobomba.

O requerente deverá cumprir rigorosamente a Legislação Ambiental, em especial a Lei nº. 12.651/12, que institui o Código Florestal, artigos 4º e 6º, que tratam da proteção de vegetação e das áreas consideradas de preservação permanente.

Outrossim, saliento ainda que a utilização de recursos hídricos em desacordo com a presente declaração está sujeita às penalidades previstas no Art. 55 da Lei Estadual nº. 3.870/97 e no Art. 27 do Decreto Estadual nº. 18.456/99, dentre elas advertência, multa simples ou diária e embargo definitivo.

A autorização de direito de uso de recursos hídricos objeto desta Declaração vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado ou renovado, se mantidas as condições originais descritas, podendo a qualquer tempo serem verificadas através de vistoria e fiscalização.

O pedido de renovação deverá ser feito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término da presente Declaração.

Aracaju, 15 de agosto de 2025